Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano IV nº 88
10/12/99 a 25/1/2000
Contribuição R$ 1,50

Opinião SOCIALISTA

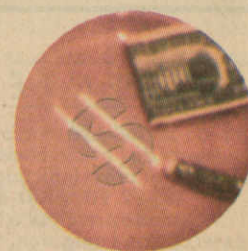
VAMOS FAZER UM ANO 2000 DE LUTA
FORA FHC E O FMI!

NÃO DÁ PARA O POVO ESPERAR ATÉ 2002!

SUPLEMENTO ESPECIAL IIº CONGRESSO DO PT

Dirigentes do PT e do PSTU escrevem avaliando os resultados do 2º Congresso.

RODADA DO MILÊNIO:
FRACASSA REUNIÃO DA OMC EM SEATTLE
Pág. 9

CONFERÊNCIA DO MTS
PROPÕE UNIÃO DA ESQUERDA CUTISTA
Pág. 8

NARCOTRÁFICO:
UM GRANDE NEGÓCIO CAPITALISTA
Págs. 6 e 7

ESPAÇO ABERTO

Campanha de Denúncia. A diretoria da Faculdade de Direito e a Reitoria da PUC do Rio Grande do Sul, mais uma vez, mostram sua face de extrema agressividade quando se trata da defesa de seus "interesses". Esta semana foi aberto um processo administrativo contra nosso colega Marco Aurélio Lima Viola, da turma 458, 2° semestre, turno da tarde. O estudante é acusado de ter "pichado" o muro da Universidade, em convocação ao dia nacional de paralisação que ocorreu em 10 de novembro último.

Por uma "estranha coincidência" esta tentativa de repressão da PUC ocorre na mesma semana que foi aprovada uma medida provisória que prevê que após 90 dias de inadimplência das mensalidades a faculdade poderá expulsar o aluno. A PUC, então, já está se "prevenindo", para poder atacar nossos bolsos com novos aumentos de mensalidade sem que se repitam as grandes mobilizações do 1° semestre de 1999. É por isso que ameaçam de expulsão os estudantes que fazem política estudantil!!!

A Reitoria tem proibido a livre expressão dentro da Universidade, não se pode mais distribuir panfletos ou adesivos, proibiu passagens em sala de aula, etc. Basta!!

Convocamos todos os alunos a se manifestarem contra este autoritarismo. Realizaremos uma grande campanha de coleta de assinaturas, exigindo imediata retirada das acusações, arquivamento do processo contra Marco Aurélio! Democracia já!

União Nacional dos Estudantes
Central Única dos Trabalhadores/RS
DCE da Universidade Federal do RS
Centro Acadêmico dos Estudantes da História
Rompendo Amarras — movimento de oposição à diretoria do DCE da PUC/RS

Carta Aberta. Após um ano como professor substituto e dois anos como professor concursado, trabalhando seriamente no ensino de estatística para estudantes não-estatísticos, fui demitido pelo Departamento de Estatística da Universidade Federal da Bahia. Julgando meu estágio probatório, o Departamento deliberou parecer contrário à sua aprovação, o que, trocado em miúdos, significa demissão sem direitos.

Não posso ficar calado diante dessa situação [...] Idealizei, desenvolvi e pratiquei uma nova metodologia de ensino de estatística. Esse é o trabalho que deve ser julgado!

Chegou-se a fazer a "estatística" de quantos alunos das disciplinas que ministrei passaram por média e uma professora achou "estranho" que poucos foram à prova final. Quantos porcento deveria eu reprovar ou jubilar para não ser considerado um estranho ao Departamento de Estatística?

Como professor, sempre fui um facilitador do aprendizado, não um "dificultador" a mais na vida do estudante. Cada estudante tem uma vida concreta e problemas concretos. Sempre fui da opinião que um professor deve partir desse fato para estabelecer o processo de ensino e aprendizagem. Nunca tratei estudantes de forma massificada e massificante, como se fossem "gado" que deve ser "tangido" até o dia da prova final, quando, é claro, haverá uma "cota" que irá ao matadouro, ou à reprovação e ao jubilamento!

Álvaro Frota,
professor da UFBA

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - CEP 04040-030 São Paulo - SP
Fax: (011) 575-6093 **E-mail:** opiniao@pstu.org.br

Visite nossa home page: www.pstu.org.br

O QUE SE VIU

Enfrentamento entre polícia e cerca de 30 mil manifestantes em Seattle, Estados Unidos, no último dia 30. O protesto impediu a abertura da reunião da Organização Mundial do Comércio naquele dia. O fim da OMC, a denúncia das multinacionais e da superexploração nos países pobres estavam entre as principais reivindicações da manifestação.

O QUE SE DISSE

"O ideal socialista é fundamental para embalar nossas utopias. Mas ele tem de ser apenas um ideal. Temos de apresentar à sociedade propostas concretas para os problemas dentro do capitalismo."

Zeca do PT, governador do Mato Grosso do Sul. A turma do socialismo só para dias de festa (e olha lá) é cada vez mais explícita e ampla no PT. Na revista *Veja*, 1/12/99.

"Com o resultado, a direção do PT vai poder implantar suas políticas sem ficar refém da minoria."

Jorge Viana, governador petista do Acre, outro que está comemorando o resultado do 2° Congresso do PT. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 29/11/99.

"Em Volta Redonda, a privatização (da CSN) foi imoral. O governador Itamar Franco, que vendeu a empresa quando era presidente, não tem moral para ficar agora gritando contra qualquer privatização, pelo estrago que fez em Volta Redonda. Foi um estrago muito grande. É hipocrisia o que ele faz agora, esse discurso todo."

Dom Waldyr Calheiros, bispo de Volta Redonda, em entrevista à revista *Isto É*, 1/12/99.

"Nós não somos a favor do fim da globalização ou do fechamento do comércio, mas queremos regras justas."

Vicentinho, presidente nacional da CUT, que estava presente em Seattle em reunião com sindicalistas de todo o mundo, defende a globalização "justa". Para nós aqui, isso não é mais nenhuma novidade. No *Jornal do Brasil*, em 30/11/99.

"Eu estou aqui para expressar meu repúdio a tudo o que a OMC representa, a esse capitalismo que viola a natureza, troca a vida das pessoas pelo comércio e está se autodevorando."

Jonathan Edwards, fotógrafo norte-americano que participava dos protestos em Seattle contra a OMC. No jornal *O Estado de S.Paulo*, em 1/12/99.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo-SP CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Celso Lavorato, Marcelo Barba, Wilson H. da Silva, Estela Dominguez

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo, Frederico Rodrigues

EDITORIAL

Ano 2000: unir a esquerda pelo Fora FHC e o FMI

Ano 2000. Novo século! Novo milênio! Alguns temem o apocalipse. A mídia tenta anunciar um novo tempo, alentando — com novas roupagens — o surrado sonho de consumo inoculado pelo capitalismo, em meio às hordas de miseráveis que inundam o planeta como produto desse sistema podre. FHC e a burguesia brasileira — colonizada até a medula – querem que o povo "comemore" os 500 anos de espoliação, rapinagem, opressão e exploração no "aniversário" do Brasil.

À parte a tentativa de manipulação dos sonhos de uma vida melhor e de progresso, a realidade que esse governo tem a oferecer é o "ajuste" do FMI. Essa é a receita deles para enfrentar — sob a ótica capitalista e imperialista — o colapso do modelo econômico neoliberal e a profunda crise estrutural em que o Brasil está metido. Se depender deles, teremos mais do mesmo remédio: rapinagem, privatizações, "reformas", transferência de renda, lucros, juros e capitais para as multinacionais e banqueiros internacionais.

Do lado de cá, cresce a indignação e os trabalhadores da cidade vão deixando para trás o refluxo e começando a retomar as lutas, somando-se aos sem-terra e ao movimento popular. A juventude também vai retomando seu lugar à esquerda. O povo está na oposição.

O ano 2000 será um ano de lutas, será um ano muito político, será um ano de Congresso nacional da CUT, além de um ano eleitoral. Os assalariados, com a inflação e o arrocho, vão exigir aumento. O movimento popular vai exigir moradia. Os sem-terra e desempregados vão exigir terra e emprego. Os estudantes vão se colocar contra a Reforma Universitária e o aumento das mensalidades. A classe média vai se enfurecer com a alta dos preços, com o rebaixamento do seu nível de vida. A CNBB fará um plebiscito contra a dívida externa. O Fora FHC e o FMI será uma necessidade ainda mais inadiável.

Congresso do PT deu golpe no Fora FHC

A grande contradição, mais uma vez, está na direção majoritária do movimento. O 2º Congresso do PT deu uma punhalada no movimento: votou contra o Fora FHC. A direção do PT, mais uma vez, vai priorizar as eleições em detrimento da luta direta. E — as lutas parciais — que eventualmente eles encaminhem, tentarão conter dentro de uma dimensão mínima e de protesto. O PT, fiel ao calendário eleitoral da burguesia, tem uma estratégia que se resume ao "feliz 2000" e "feliz 2002". É assim que o Fora FHC, aprovado na CUT e em diversas outras entidades, poderá ser letra morta se depender da Articulação. A resolução contra o Fora FHC pavimenta o caminho eleitoral. A maioria da direção da CUT, por sua vez, seguirá negociando com o governo a Reforma Trabalhista, priorizando seus negócios com a grana do FAT e entregando direitos.

Mas eles não conseguirão conter todas as lutas. As demandas setoriais serão cada vez maiores diante de uma inflação que, mesmo na casa dos 10% ao ano, significa um brutal confisco para milhões de trabalhadores. Não por acaso, as greves e campanhas salariais voltaram a enfocar prioritariamente a questão salarial. Poderemos ter um ano 2000 em que se combinem mais desgaste do governo, mobilizações setoriais (greves por categoria, ocupações de terra, de moradia, etc) e eleições, onde também o sentimento de oposição ao governo e seus partidos aliados poderá se manifestar de maneira bastante categórica.

À esquerda socialista estará reservada enormes responsabilidades e tarefas. Primeiro, cabe à esquerda cutista e petista, junto com o **PSTU**, com o MST, com a CMP e também — não descartemos — com companheiros de base da Articulação nos sindicatos, colocarmos na rua o Movimento pelo Fora FHC e o FMI. Caberá a nós lutarmos não só por um calendário unificado de lutas e por levar adiante a ação direta, mas também por fazer ganhar as ruas um movimento pela derrubada de FHC.

Segundo, caberá à esquerda se unificar para disputar o Congresso Nacional da CUT, para oferecer uma alternativa de direção para a nossa Central, que rejeite o sindicalismo de parceria com o governo e com a patronal, que afirme uma CUT de luta, de classe, de base e socialista. Uma CUT que de fato bote o bloco na rua pelo Fora FHC e o FMI.

Terceiro, cabe à esquerda lutar por uma Frente Classista nas eleições municipais do próximo ano, por uma Frente do partidos operários e por um programa de classe contra FHC e toda a burguesia.

RECADO

Aos leitores

Esta edição do **Opinião Socialista** é a última de 1999. Nas duas últimas edições do ano optamos por produzir um jornal maior, com 16 páginas, para dar vazão a vários temas e debates. Por exemplo, nesta edição, dedicamos um novo suplemento ao balanço do 2º Congresso do Partido dos Trabalhadores, que seguramente é de interesse de toda a esquerda, pois é inegável o papel que ocupa o PT na classe trabalhadora brasileira, embora, desgraçadamente, seu horizonte político esteja condicionado aos limites da institucionalidade burguesa e da não ruptura com o capitalismo.

O esforço que significou para nós a produção destas duas últimas edições do ano foi grande e, infelizmente, resultaram no atraso desta edição, o que não nos exime de nos desculparmos com os nossos leitores. Optamos por um jornal maior também para mostrar que o ano 2000 já começou, seja pelas conseqüências das resoluções do 2º Congresso do PT, pela retomada de importantes lutas setoriais, pelo início da luta por uma nova direção na CUT que justificou a realização da recente Conferência do **Movimento por uma Tendência Socialista**.

Portanto, o próximo ano promete. Mas como não somos de ferro, a redação vai dar um tempo para voltarmos com a corda toda em janeiro do ano 2000, quando o **Opinião Socialista** voltará a circular.

Renato Benvenutti

URGENTE

Em Recife, a **Embratel, controlada pela empresa norte-americana MCI, está atacando a organização dos trabalhadores.** Não contente com a retirada de direitos, demissões "voluntárias", a empresa demitiu três cipeiros — Eriberto Carlos Tenório, Robson Ramalho da Silva e Valter Caldeira de Jesus — que se recusaram a vender seus mandatos para a empresa. A empresa os afastou em fevereiro. Depois, os companheiros foram reintegrados através de liminar e conseguiram se reeleger para um novo mandato na Cipa.

Após ver frustrada a tentativa de demissão e compra de mandatos, a empresa, através de mandado de segurança concedido por juiz classista patronal, conseguiu afastar novamente os companheiros. Neste mandado há calúnias contra os companheiros e acusações de que os cipeiros seriam incompetentes e sabotadores.

Este caso não é isolado na Embratel, a empresa persegue ativistas ao mesmo tempo que pressiona os trabalhadores a abrirem mão de direitos, a retirarem ações judiciais, transfere funcionários arbitrariamente de um estado para outro etc. E enquanto isso, a multinacional norte-americana que controla uma empresa estratégica — transmissão de dados e informações via satélite e telefonia de longa distância — vê seus lucros irem às alturas.

Fazemos um chamado a todo movimento dos trabalhadores a ajudarem na luta pela reintegração dos companheiros cipeiros. Para isso, o Sindicato dos Telefônicos de Pernambuco está vendendo uma rifa no valor de R$ 3 e também está solicitando que sejam enviadas moções de repúdio a Embratel e com a exigência de reintegração dos demitidos.

Enviar fax para:

Presidência da Embratel:
Jorge Luis Rodrigues
(0xx21) 519-8220

Cópia para:
Sindicato dos Telefônicos de PE
(0xx81) 421-1417

METALÚRGICOS *Interior de SP consegue acordo superior ao ABC*

"Quem luta pode vencer"

Este ano, três sindicatos do interior do estado de São Paulo (São José dos Campos, Campinas e Limeira) negaram-se a acatar a direção da campanha salarial dada pela direção da Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM), filiado à CUT e dirigida pela Articulação Sindical. *Duas campanhas salariais no campo da CUT foram realizadas.*

Para fazer um balanço deste inédito episódio e das suas conseqüências, o **Opinião Socialista** *entrevistou Antônio Donizete Ferreira, o Toninho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José e região e militante do* ***Movimento por uma Tendência Socialista****.*

Manuel P. Pereira

Piquete na GM durante greve em outubro passado

Opinião Socialista — Este ano houve duas campanhas salariais dos metalúrgicos no estado de São Paulo. Por quê?

Toninho — No ano passado a Federação dos Metalúrgicos do Estado assinou um acordo rebaixado, tirando direitos dos trabalhadores. Como nós, do interior, não aceitamos, não assinamos o acordo e ficamos sem Convenção Coletiva. Este ano nós exigimos que o parâmetro para as negociações fosse a não redução de direitos e a manutenção da Convenção Coletiva de 1997. Mas a *Articulação Sindica*l se recusou a votar isso na plenária da Federação e então nós começamos uma campanha em separado.

O.S. — Como você avalia o resultado da campanha salarial?

Toninho — Foi extremamente positivo. Porque, ainda que não tenha terminado em todos os setores, podemos dizer que foi um sucesso. Depois de alguns anos é a primeira vez que a categoria fez greve; além disso, nos acordos assinados não existe redução nenhum direito; e houve a reposição da inflação. No aspecto político foi a demonstração de que quem luta pode vencer.

Arquivo

Toninho

O.S. — Fazendo uma comparação entre o acordo das montadoras do ABC e a GM de São José, quem levou vantagem?

Toninho — Em primeiro lugar é bom ressaltar que os metalúrgicos do ABC são extremamente lutadores e sempre foram uma referência para nós por sua história de luta. O problema é a sua direção que deixou de lutar faz alguns anos. O acordo da GM é superior ao restante das montadoras. Na GM houve no total um aumento de 12,6% sendo 4,52% em uma greve de 48 horas em abril, mais 5,72% em novembro de 1999 e mais antecipação de 1,5% a partir de abril do ano 2000 com um abono de R$ 500 fora o adiantamento do PLR de R$ 500. E o que é mais importante: a direção da GM novamente foi derrotada em sua proposta de implantar o banco de horas.

No ABC todas as montadoras tem banco de horas. Além do quê, o total de reajuste que recebeu a categoria foi de 10,5%. Isso ocorreu porque no ABC não houve nenhuma paralisação enquanto na GM houveram várias. Ficou claro que se as montadoras de São Bernardo fossem à luta junto conosco o acordo seria muito superior.

O.S. — E com relação às outras indústrias metalúrgicas?

Toninho — No setor eletroeletrônico não houve redução de direitos e eles tiveram um reajuste de 7%, a convenção assinada com nossos sindicatos foi em base à convenção de 1997. No ABC eles mantém as cláusulas sociais rebaixadas de 1998 com o mesmo reajuste que nós. Nas autopeças estamos fazendo acordos por fábricas como a Bundy, com 7% de reajuste e Trintec, Iramec, Intertrin, todas por volta de 10%. Este ano tivemos paralisações, além da Embraer, GM e Bundy, em mais de 10 empresas. Houve também paralisações importantes em empresas de Campinas e Limeira

O.S. — A Articulação diz que não conseguiu uma boa campanha salarial por causa divisão da Força Sindical e dos sindicatos da esquerda da CUT. O que você acha disso?

Toninho — Não conseguiu melhores acordos por que não quis lutar. Nós não dividimos por dividir, dividimos porque queríamos lutar e eles não. Nós não aceitamos reduzir direitos e eles sim, fomos à luta e os direitos dos trabalhadores de nossa região continuaram conforme com o acordo de 1997.

O.S — Esta campanha terá reflexos no Congresso da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT?

Toninho — Sem dúvida. A Articulação Sindical quer que o Congresso aprove um sindicato nacional com organicidade, ou seja, a direção da CNM assinaria todos os acordos com a patronal. Imagine se isso já ocorresse, os sindicatos de base não poderiam ir à luta para conseguir melhores acordos. Teríamos que aceitar a proposta de redução de direitos e de banco de horas. Sindicato nacional orgânico é inaceitável, defendemos a unidade de nossa classe em nível nacional, mas com democracia pela base.

URGENTE

Liberdade para Zé Rainha!

Sergio Koei

Setor de Direitos Humanos do MST

Solicitamos a todas e todos que se sentem indignados pela injustiça social que se manifestem junto às autoridades relacionadas abaixo, pedindo um julgamento imparcial e justo para José Rainha Jr., liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Acusado da morte de um fazendeiro em 1989 no município de Pedro Canário, no Espírito Santo, José Rainha na verdade estava no Ceará nos dias do conflito. Ele estava negociando com autoridades policiais e parlamentares questões locais, havendo o testemunho destas pessoas e mesmo documento em vídeo das negociações.

Apesar disso, num primeiro julgamento em 1997, José Rainha foi condenado a 26 anos de prisão.

Como este julgamento tem uma conotação fortemente política a fim de criminalizar os movimentos que lutam pela reforma agrária no Brasil, tememos um recrudescimento da violência contra os trabalhadores rurais no país, como aconteceu após a farsa do julgamento dos culpados pelo massacre de Eldorado dos Carajás.

Favor escrever com urgência para:

Juiz Ronaldo Gonçalves de Souza, que presidirá o julgamento,
fax 00 55 27 222 38 52

Presidente do Tribunal de Justiça do estado do Espírito Santo
Juiz Wellington da Costa Citi
presidente@tj.es.gov.br

Governador do estado do Espírito Santo
José Ignácio Ferreira
governador@es.gov.br

Ministro da Justiça
José Carlos Dias
acs@mj.gov.br
fax 00 55 61 321 15 65

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso
pr@planalto.gov.br
fax 00 55 61 322 23 14

Interior de SP consegue acordo superior ao ABC

"Quem luta pode vencer"

Manuel P. Pereira

Piquete na GM durante greve em outubro passado

Este ano, três sindicatos do interior do estado de São Paulo (São José dos Campos, Campinas e Limeira) negaram-se a acatar a direção da campanha salarial dada pela direção da Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM), filiado à CUT e dirigida pela Articulação Sindical. *Duas campanhas salariais no campo da CUT foram realizadas.*

Para fazer um balanço deste inédito episódio e das suas conseqüências, o **Opinião Socialista** *entrevistou Antônio Donizete Ferreira, o Toninho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José e região e militante do* ***Movimento por uma Tendência Socialista***.

Opinião Socialista — Este ano houve duas campanhas salariais dos metalúrgicos no estado de São Paulo. Por quê?

Toninho — No ano passado a Federação dos Metalúrgicos do Estado assinou um acordo rebaixado, tirando direitos dos trabalhadores. Como nós, do interior, não aceitamos, não assinamos o acordo e ficamos sem Convenção Coletiva. Este ano nós exigimos que o parâmetro para as negociações fosse a não redução de direitos e a manutenção da Convenção Coletiva de 1997. Mas a *Articulação Sindical* se recusou a votar isso na plenária da Federação e então nós começamos uma campanha em separado.

O.S. — Como você avalia o resultado da campanha salarial?

Toninho — Foi extremamente positivo. Porque, ainda que não tenha terminado em todos os setores, podemos dizer que foi um sucesso. Depois de alguns anos é a primeira vez que a categoria fez greve; além disso, nos acordos assinados não existe redução nenhum direito; e houve a reposição da inflação. No aspecto político foi a demonstração de que quem luta pode vencer.

Arquivo

Toninho

O.S. — Fazendo uma comparação entre o acordo das montadoras do ABC e a GM de São José, quem levou vantagem?

Toninho — Em primeiro lugar é bom ressaltar que os metalúrgicos do ABC são extremamente lutadores e sempre foram uma referência para nós por sua história de luta. O problema é a sua direção que deixou de lutar faz alguns anos. O acordo da GM é superior ao restante das montadoras. Na GM houve no total um aumento de 12,6% sendo 4,52% em uma greve de 48 horas em abril, mais 5,72% em novembro de 1999 e mais antecipação de 1,5% a partir de abril do ano 2000 com um abono de R$ 500 fora o adiantamento do PLR de R$ 500. E o que é mais importante: a direção da GM novamente foi derrotada em sua proposta de implantar o banco de horas.

No ABC todas as montadoras tem banco de horas. Além do quê, o total de reajuste que recebeu a categoria foi de 10,5%. Isso ocorreu porque no ABC não houve nenhuma paralisação enquanto na GM houveram várias. Ficou claro que se as montadoras de São Bernardo fossem à luta junto conosco o acordo seria muito superior.

O.S. — E com relação às outras indústrias metalúrgicas?

Toninho — No setor eletroeletrônico não houve redução de direitos e eles tiveram um reajuste de 7%, a convenção assinada com nossos sindicatos foi em base à convenção de 1997. No ABC eles mantém as cláusulas sociais rebaixadas de 1998 com o mesmo reajuste que nós. Nas autopeças estamos fazendo acordos por fábricas como a Bundy, com 7% de reajuste e Trintec, Iramec, Intertrin, todas por volta de 10%. Este ano tivemos paralisações, além da Embraer, GM e Bundy, em mais de 10 empresas. Houve também paralisações importantes em empresas de Campinas e Limeira

O.S. — A Articulação diz que não conseguiu uma boa campanha salarial por causa divisão da Força Sindical e dos sindicatos da esquerda da CUT. O que você acha disso?

Toninho — Não conseguiu melhores acordos por que não quis lutar. Nós não dividimos por dividir, dividimos porque queríamos lutar e eles não. Nós não aceitamos reduzir direitos e eles sim, fomos à luta e os direitos dos trabalhadores de nossa região continuaram conforme com o acordo de 1997.

O.S — Esta campanha terá reflexos no Congresso da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT?

Toninho — Sem dúvida. A Articulação Sindical quer que o Congresso aprove um sindicato nacional com organicidade, ou seja, a direção da CNM assinaria todos os acordos com a patronal. Imagine se isso já ocorresse, os sindicatos de base não poderiam ir à luta para conseguir melhores acordos. Teríamos que aceitar a proposta de redução de direitos e de banco de horas. Sindicato nacional orgânico é inaceitável, defendemos a unidade de nossa classe em nível nacional, mas com democracia pela base.

URGENTE

Liberdade para Zé Rainha!

Sergio Koei

Setor de Direitos Humanos do MST

Solicitamos a todas e todos que se sentem indignados pela injustiça social que se manifestem junto às autoridades relacionadas abaixo, pedindo um julgamento imparcial e justo para José Rainha Jr., liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Acusado da morte de um fazendeiro em 1989 no município de Pedro Canário, no Espírito Santo, José Rainha na verdade estava no Ceará nos dias do conflito. Ele estava negociando com autoridades policiais e parlamentares questões locais, havendo o testemunho destas pessoas e mesmo documento em vídeo das negociações.

Apesar disso, num primeiro julgamento em 1997, José Rainha foi condenado a 26 anos de prisão.

Como este julgamento tem uma conotação fortemente política a fim de criminalizar os movimentos que lutam pela reforma agrária no Brasil, tememos um recrudescimento da violência contra os trabalhadores rurais no país, como aconteceu após a farsa do julgamento dos culpados pelo massacre de Eldorado dos Carajás.

Favor escrever com urgência para:

Juiz Ronaldo Gonçalves de Souza, que presidirá o julgamento,
fax 00 55 27 222 38 52

Presidente do Tribunal de Justiça do estado do Espírito Santo
Juiz Wellington da Costa Citi
presidente@tj.es.gov.br

Governador do estado do Espírito Santo
José Ignácio Ferreira
governador@es.gov.br

Ministro da Justiça
José Carlos Dias
acs@mj.gov.br
fax 00 55 61 321 15 65

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso
pr@planalto.gov.br
fax 00 55 61 322 23 14

DENÚNCIA *Para governo Roriz o "objetivo foi alcançado"*

Massacre em Brasília foi premeditado

Comitê Regional PSTU,
de Brasília

No último dia 2, o Batalhão de Operações Especiais (Bope) da PM de Brasília, sob o comando direto do ex-secretário de "Segurança" Pública (agora temporariamente afastado), Paulo Castelo Branco e auxiliado pelo secretário de obras Tadeu Filipelli, ambos integrantes do governo corrupto de Joaquim Roriz, reprimiram com extrema violência uma manifestação justa dos trabalhadores da Novacap, que reivindicavam um aumento salarial prometido na campanha eleitoral e não concedido pelo atual governo do Distrito Federal: um operário morreu, dois ficaram cegos de um olho e dezenas foram feridos.

A brutalidade dos policiais do Bope foi tamanha que não adiantou os trabalhadores da Novacap sentarem no chão para demonstrar que não estavam ali para entrar em conflito. Os policias atacaram a todos os trabalhadores que estavam no local. Não contentes com isso, perseguiram alguns trabalhadores que se abrigaram na creche da empresa. Nessa perseguição, os policiais lançaram gás lacrimogêneo dentro da creche, mesmo sobre as crianças e deram tiros com balas metálicas.

A brutalidade injustificada do governo e seus agentes só não foi maior que o cinismo dos secretários governamentais que diziam que *"o objetivo da operação foi alcançado"* e que tal violência *"era o preço do regime democrático"*.

Ronaldo Barrroso

Operário José Ferreira, morto pela PM de Roriz

O governo Roriz faz ataques constantes aos sindicatos e aos direitos dos trabalhadores. Já mandou destruir a barraca que os servidores públicos federais tinham na Praça dos Três Poderes, já tentou cortar o pagamento dos trabalhadores que estão licenciados para atuar nos sindicatos e até tentou impedir que os trabalhadores pudessem fazer manifestações com carros de som em Brasília.

Mas a repercussão negativa do assassinato de José Ferreira já correu todo o Brasil e agora corre o mundo. O ex-secretário do massacre público tentou, num primeiro momento, jogar a culpa do assassinato nas costas somente dos comandantes da PM que lá estavam, mas depois foi afastado, pois seu chefete, o governador Roriz, preferiu escondê-lo para fingir que está fazendo alguma coisa.

O movimento operário, estudantil e popular de Brasília não pode e não se calará somente com esta falsa punição encenada, para desviar a atenção do povo e buscar esconder os responsáveis pelo masacre. Por isso, exigimos:

— Que uma comissão formada pela CUT, MST, OAB e CMP conduza as investigações sobre o assassinato do operário José Ferreira da Silva!

— Cadeia para todos os responsáveis pelos massacre da Novacap!

— Imediata dissolução do Bope e da PM do Distrito Federal!

— Demissão imediata dos comandantes da PM e Tadeu Filipelli!

— Fora Roriz, assassino de trabalhador!

BANCÁRIOS

Olívio dá reajuste zero no Banrisul

Roni d'Ávilla,
de Porto Alegre

O Banrisul, banco estadual do Rio Grande do Sul, decidiu não cumprir o dissídio dos bancários e não pagar os 5,5 % do acordo com a Fenaban. Propuseram em troca um abono de R$ 1.715 dos quais R$ 1.000 já eram devidos pela aplicação da PLR.

É um verdadeiro absurdo que um banco estadual controlado por Olívio Dutra, que se elegeu com um discurso contra o neoliberalismo, tenha decidido não cumprir o dissídio coletivo e aplicar a mesma política salarial que FHC: reajuste ***Zero***.

A atual diretoria do banco teve uma política de restringir a poucos o debate sobre os rumos do Banrisul, excluindo setores do próprio PT e colocando em postos chaves do banco pessoas comprometidas com antigas administrações. Além disso, tem usado como "texto-base" para suas elaborações o estudo encomendado pela antiga diretoria do PMDB, que queria privatizar o banco. O resultado disso é ataque e mais ataque sobre os empregados: entre outros, o corte de horas-extras. A diretoria do banco tem contado com o apoio de um setor da diretoria do Sindicato dos Bancários, os companheiros da *Alternativa Bancária (Democracia Socialista)*.

Esta postura reforça a política do governo federal. Os colegas do BB e da CEF ouvirão do governo federal: *"se o governo do PT deu reajuste zero por que nós temos que conceder reajuste ?"*.

É preciso resgatar que 65% da diretoria do Sindicato, bem como a maioria dos membros do comando nacional dos empregados do Banrisul, estão contra a política da diretoria do Banco. Não se constrói banco público atacando os empregados. Não se constrói banco público buscando desmoralizar as entidades sindicais.

Diante deste lamentável episódio, é preciso unir todos aqueles que rechaçam esta absurda política para, juntos, construirmos uma alternativa de luta e de real defesa dos bancos públicos.

20 DE NOVEMBRO

Viva Zumbi, Fora FHC e o FMI!

Wilson H. da Silva,
da redação

Os atos em comemoração ao *Dia Nacional de Consciência Negra* foram marcados, em todo o país, por manifestações de protesto contra o racismo, a opressão racial e também contra o governo FHC.

No Rio de Janeiro, a *Conexão Zumbi*, composta por várias entidades do movimento negro e partidos políticos realizou um ato que contou com a participação de cerca de 500 pessoas. Realizada no dia 22 de novembro, a passeata foi do local onde está localizado o busto de Zumbi até a Praça XV, marco da Revolta da Chibata, dirigida nesta mesma data, em 1910, por João Cândido, o "almirante negro", que tomou os principais navios de guerra brasileiros e virou seus canhões contra a então capital federal, exigindo fim dos castigos corporais.

Raça e classe em Recife

Assim como em quase todos os demais atos do país, em Recife, a manifestação realizada no dia 19, foi marcada por protestos exigindo a liberdade para o ex-líder dos Panteras Negras, Mumia Abu-Jamal, que está, devido à racista "justiça" norte-americana, há 18 anos no corredor da morte de uma prisão. Depois de realizar um ato em frente o consulado dos EUA e realizarem uma passeata pelo centro da cidade, os companheiros e companheiras ainda deram uma verdadeira lição de *Raça e Classe* ao se integrarem na defesa do movimento sem-teto, que estava sendo ameaçado, pela polícia, de ser desalojado de um prédio do INSS, ocupado desde o dia 10 de novembro. Lá também, "Viva Zumbi, fora FHC e o FMI" deu o tom do protesto.

Palestras e atos pelo país

Manifestações e passeatas como estas se repetiram Brasil afora. Em várias outras cidades, como em São José dos Campos — onde a Secretaria de Negros e Negras do PSTU organizou um debate na Universidade do Vale do Paraíba — ocorreram palestras e atos fechados.

Neoliberalismo e narcotráfico

Ainda que exista há décadas, só agora, nos anos 90, com o neoliberalismo, o narcotráfico se desenvolveu e adquiriu peso e importância mundiais. É uma das atividades econômicas mais dinâmicas e rentáveis. O neoliberalismo foi a esteira que permitiu o verdadeiro salto de um negócio marginal para o maior de todos os negócios. A queda dos preços das matérias primas nos países pobres criou as condições para que partes importantes do campesinato da Colômbia, Perú, Bolívia, Paraguai, Brasil, etc. se dedicassem a produção da matéria prima para a fabricação da cocaína, da heroína e da maconha. Ao mesmo tempo, abriu espaço para que setores burgueses desses países se reorientassem para este negócio, em franca ascensão, enquanto os negócios "legais" encontram-se em recessão.

A abertura indiscriminada dos mercados, a desregulamentação financeira internacional, abriu as comportas do sistema financeiro mundial para uma enxurrada de narco-dólares que são lavados em paraísos financeiros (Caribe) ou no Uruguai, Argentina, Brasil, Suíça, EUA, etc. Grandes bancos aceitam de bom grado o que se estima em US$ 1 trilhão de narcodólares que são lavados anualmente no sistema financeiro mundial. Este dinheiro cumpre um papel importante na especulação mundial, no crescimento artificial das bolsas de valores, assim como é recebido com "fogos de artifício" pelos governos neoliberais capachos.

Lucros escalonados

Como qualquer negócio imperialista, há diversas fases desta indústria. A parte do leão fica com os países imperialistas que recolhem a maior parte dos lucros deste negócio, enquanto que para os países "produtores de matérias primas", do "terceiro mundo", ficam as menores fatias do bolo e mesmo assim nas mãos dos grandes traficantes.

O "negócio" começa nos países semi-coloniais que entram com a produção (Colômbia, Peru e Bolívia no caso da cocaína ou Afeganistão no caso da heroína, por exemplo) feita por milhões de camponeses que vendem a matéria prima por poucos dólares o quilo. Daí a folha de coca passa para as mãos dos narcotraficantes "tupiniquins" que processam a matéria prima, produzindo a cocaína ou a heroína, vendendo-as já por alguns milhares de dólares. Estas gangues agarram a primeira parte dos grandes lucros do negócio, seu enriquecimento é exorbitante e está demostrada sua relação com os partidos políticos tradicionais, com as cúpulas dominantes destes países, estendendo seu poder de corrupção a todas as atividades econômicas, políticas, sociais.

A terceira etapa do processo está nas mãos dos distribuidores nos grandes centros de consumo (principalmente EUA, que consome 240 toneladas de cocaína por ano, e Europa), em geral controlado pelas máfias dos países imperialistas (nunca denunciadas, nem perseguidas) e ficam com a maior parte dos lucros do negócio, dividido depois com os grandes bancos internacionais que fazem a lavagem dos narco-dólares, transformando-o em capital financeiro, principalmente especulativo, que vai voar pelo mundo afora em prol da "globalização". Estima-se que os EUA reciclam US$ 500 bilhões por ano do narcotráfico.

O grosso dos lucros em todos os níveis, são embolsados pelos setores da burguesia (traficante e não traficante) dos EUA. A economia norte-americana vende parte importante dos compostos químicos, recebe US$ 240 bilhões anuais por isso, uma parte dos quais se destina a repor capital no mesmo ramo da produção de drogas e outra parte é investida em outros setores da economia ou vai para os bancos. Isto transforma os EUA no país onde a narco-economia tem uma importância vital, ocupa aproximadamente 5% do PIB. **(J.P.)**

◆ O mercado da cocaína no mundo (dólares por quilo)

País	Preço
Japão	US$ 100.000
Austrália	US$ 95.000
Grécia	US$ 80.000
Suécia	US$ 75.000
Gra-Bretanha	US$ 42.000
Alemanha	US$ 38.000
Itália	US$ 36.000
França	US$ 34.000
Espanha	US$ 30.000
Nova York	US$ 20.000
Miami	US$ 13.000

Fonte: Folha de São Paulo, 1/9/91

◆ Produção de drogas

País	Cocaína (t)	Folha de coca (%)	Maconha (%)
Argentina	36	s.d.	s.d.
Brasil	36	s.d.	s.d.
Bolívia	81	23	s.d.
Colômbia	630	18	s.d.
Estados Unidos	s.d.	s.d.	10
México	s.d.	s.d.	79
Peru	90	59	s.d.
Outros	27	s.d.	7

Fonte: Folha de São Paulo, 28/2/92 - s.d.: sem dados disponíveis

As veias do negócio na América Latina

A América Latina é o principal fornecedor de cocaína e maconha do mundo. Os cartéis latino-americanos enviam ao mundo 270 toneladas de cocaína por ano e já detêm 15% da produção de heroína, produto tradicionalmente elaborado no sudeste asiático. Hoje, o Afeganistão controla a maior parte da produção mundial. A coca ocupa uma área de 200 mil hectares espalhados em milhares de propriedades na Colômbia, Peru e Bolívia e emprega 5 milhões de pessoas. Calcula-se que na Bolívia entram por ano US$ 600 milhões relativos ao comércio da coca, no Perú US$ 650 milhões e na Colômbia US$ 1,7 bilhão, ainda que seja impossível conseguir cifras exatas.

Na Colômbia, 70% das terras cultiváveis estão agora nas mãos dos narcotraficantes. Segundo dados da DEA (Agência de Repressão às Drogas do governo norte-americano) para 1995, as entradas, produto das exportações de cocaína da Colômbia, alcançava os 10% do PIB, três vezes mais que as vendas da Ecopetrol, de longe a maior empresa do país. O narcotráfico e seus capitais penetraram em todas as atividades econômicas básicas e fundamentais do país, como bancos, agricultura, construção civil e indústria e faturam uns US$ 200 bilhões, segundo dados do FMI.

Na Bolívia, igualmente, o valor das exportações relacionadas com a cocaína supera todos os demais ramos econômicos. No Peru, a produção de coca chegou a alcançar 8% do PIB do país, empregando 7% da população economicamente ativa. Houve uma queda importante nestes índices, devido à queda dos preços da coca, saturação do mercado mundial, forte superprodução. Depois de ser o primeiro produtor mundial de folhas de coca, o Peru — tudo indica que — vai tornar-se um forte exportador de heroína, pois já estão se produzindo papoulas em terras muito propícias para este cultivo.

No Paraguai, o tráfico de drogas, carros e armas é o setor mais dinâmico da economia e já penetrou em todas as instituições estatais, policiais, políticas, etc. O México é um grande produtor de maconha, cujo monopólio é assegurado pelo próprio exército do país, que foi direcionado para reprimir o narcotráfico e terminou sendo comprado. Argentina e Uruguai, principalmente este último, têm se convertido em importantes bases para "lavar" narco-dólares.

Em todos estes países pode-se encontrar altas esferas do poder metidos até o pescoço no narcotráfico, desde altos oficiais, incluindo as agências nacionais "antidroga" na Colômbia, Paraguai, Peru, México, Bolívia. Até políticos de altas esferas, como Oviedo no Paraguai, Menem, o irmão do ex-presidente Salinas, no México, foram flagrados em escândalos. No Brasil, agora está vindo à luz informações que comprometem políticos burgueses, setores inteiros das polícias, juizes, empresários e banqueiros, corrompidos pelos cartéis do narcotráfico. (J.P.)

Conferência reuniu mais de 150 sindicalistas em São Paulo

MTS quer a unidade da esquerda cutista

Fernando Silva,
da redação

Esta foi uma Conferência de extrema importância não só por ter contado com a participação de 14 estados e representantes de diversas categorias, mas também, e principalmente, por ter realizado um debate de extrema qualidade sobre a estratégia que temos para a CUT. Aqui debateu-se a luta que temos que travar para mudar a dinâmica da Central, reconquistando-a para as lutas e transformando-a em uma CUT realmente democrática e socialista. Fortalecer o MTS para dar essa batalha é fundamental. Mas também lutaremos para construir uma tendência unificada da esquerda cutista, o que seria um passo enorme no sentido de construir uma nova direção para a nossa Central num momento político em que a luta pelo Fora FHC e o FMI continua na ordem do dia".

Esta declaração de José Maria de Almeida, o Zé Maria, um dos coordenadores do **Movimento por uma Tendência Socialista** da CUT, sintetiza o êxito e também as tarefas que a Conferência Nacional do **MTS** realizada em São Paulo nos últimos dias 27 e 28 de novembro, se propôs a realizar.

Os representantes dos 14 estados e inúmeras categorias eram na Conferência mais de 100 delegados eleitos e outros 50 convidados que, por dois dias, debateram em plenário e em grupos a conjuntura política do país, a situação atual da CUT e do movimento sindical, as tarefas preparatórias ao próximo Congresso Nacional da CUT (Concut), organização e construção do **MTS**, além da questão das mulheres e negros. Vale registrar que nas conferências regionais e setoriais preparatórias a participação envolveu 650 companheiros.

O norte político e estratégico da Conferência foi, a partir do novo momento político que se abriu no país em 1999, a possibilidade de se construir uma nova direção para o movimento operário brasileiro. Esta compreensão atravessou todo o evento desde a discussão de conjuntura até o próprio debate de organização do **MTS**. Isto se traduziu em conclusões políticas como manter o Fora FHC e o FMI – principalmente quando no segundo dia da Conferência chegou a notícia de que o Congresso do PT rechaçara o Fora FHC, o que gerou indignação nos sindicalistas petistas do **MTS** —, chamar a esquerda socialista a manter esta campanha, buscar um bloco de esquerda para o próximo Congresso Nacional da CUT.

Estas tarefas gerais vão se desdobrar em inúmeras iniciativas junto a base. Por exemplo, a discussão de construir uma nova direção para a Central deve ser realizada junto à base das categorias, junto aos trabalhadores, não restringindo-a apenas ao ativismo sindical. Além disso, deve partir do **MTS** propostas concretas para viabilizar a unidade da esquerda cutista.

Também ganharão peso, já a partir deste mês, as resoluções que objetivam fortalecer e construir o **MTS**: plenárias estaduais e por categorias, planejamento para a atuação no Concut que será realizado no mês de agosto, edição de um jornal do Movimento, incrementar a página na Internet, preparação da tese para o Congresso da Central entre outras. O **MTS** será conduzido por uma Coordenação Nacional onde estarão os três membros que são da executiva nacional da CUT, mais os representantes das entidades nacionais (por exemplo, um petroleiro, um previdenciário), dos principais estados, dos negros e também das mulheres.

Renato Benvenutti

Plenário da Conferência Nacional do MTS

A palavra dos sindicalistas

"Na minha avaliação, a importância dessa Conferência foi a de construir uma política para unir a esquerda. Acho que ela foi um passo importante, porque ficou claro que o nosso objetivo é buscar a união das forças de esquerda para disputar a direção da CUT. O próprio espaço democrático que o MTS oferece para o debate é também positivo nesse sentido, pois ele é um movimento que busca aglutinar setores de esquerda que estão na CUT e são de diferentes partidos."

Nielson Alves, metalúrgico da Volks de São Bernardo e membro do Comitê Sindical da diretoria do Sindicato do ABC.

"A Conferência foi muito positiva porque serviu para armar os dirigentes sindicais que aqui estiveram para as tarefas que temos pela frente, como a de lutar por uma nova direção para a CUT."

Luis Carlos Prates, o Mancha, metalúrgico da GM e diretor do Sindicato de São José dos Campos.

"Esta reunião foi positiva porque não se limitou apenas em afirmar a construção do MTS, o que é importante, mas ela deu um passo à frente e propôs uma política para formar uma tendência unitária da esquerda cutista."

José Campos, previdenciário e membro da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT.

Reunião debateu machismo e racismo

Wilson H. da Silva,
da redação

*Praticamente metade do segundo dia da Conferência do **MTS** foi dedicado à discussão de dois temas fundamentais tanto para o dia-a-dia da luta sindical quanto para o futuro do país, numa perspectiva revolucionária e socialista: o machismo e o racismo.*

Partindo da avaliação comum de que tanto a opressão da mulher quanto a discriminação racial também são problemas de classe, ou seja, que só podem ser combatidos de forma conseqüente pelos próprios trabalhadores, mulheres e negros se revezaram para discutir os temas que foram apresentados nos documentos "O MTS e a questão da mulher" e "A questão racial e os sindicatos", amplamente debatidos nas plenárias preparatórias à Conferência.

Representação na Coordenação

*A discussão, acalorada em muitos momentos, como não poderia deixar de ser, demonstrou a disposição do **MTS** não só para aprofundar o debate e formular um programa mais amplo de combate ao racismo e ao machismo, como também, e principalmente, para implementar (onde isto ainda não está acontecendo) políticas concretas de combate a estas duas formas de opressão.*

*Além de votar os principais eixos deste programa, a Conferência ainda aprovou a inclusão de dois companheiros na Coordenação do **MTS**: Juliana, do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Antonio Feliciano, o Toninho, metalúrgico, também da capital mineira.*

Como declarou Juliana, "um movimento como este não poderia deixar de lado a construção de um programa sério, que seja vanguarda na luta pela defesa e emancipação da mulher trabalhadora".

Já Toninho, ressaltou que a questão racial também é um debate crucial na CUT: "a Articulação, apesar de uma resolução contrária do Encontro de Sindicalistas Anti-Racistas da CUT, insiste em manter Vicentinho em um grupo de trabalho formado pelo governo, seus ministérios e os sindicatos patronais, com o objetivo de formular políticas de combate ao racismo; um engôdo que para nada serve".

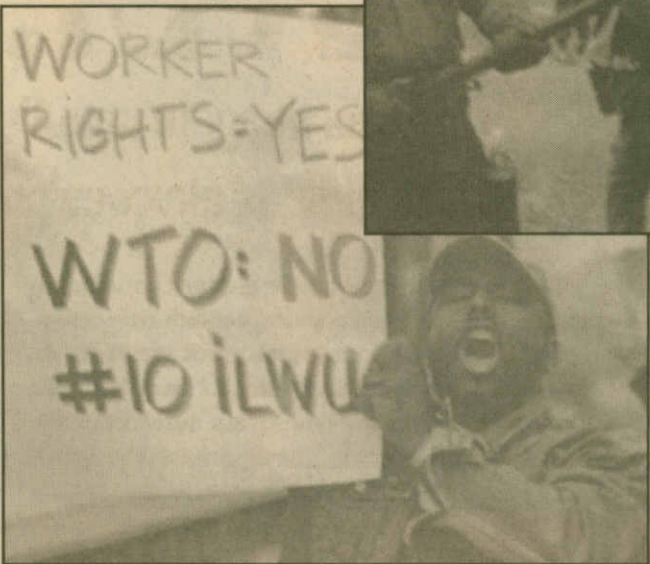
S E A T T L E *Mobilizações de rua foram anti-globalização capitalista*

Sem acordos, fracassa Conferência da OMC

Marcelo Barba,
da redação

Após meses de preparação, negociações e reuniões, a esperada 3ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada na cidade norte-americana de Seattle e que daria o pontapé inicial na Rodada do Milênio, terminou num retumbante fracasso. As negociações podem ser comparadas à famosa Torre de Babel: ninguém conseguiu se entender. Os países imperialistas não chegaram a um acordo entre si, nem conseguiram avançar no processo de ataques contra os países pobres.

Os trabalhos da Conferência já estavam emperrados muito tempo antes do início da reunião de Seattle. A própria agenda do que seria discutido não era consenso principalmente entre os países imperialistas. Estas diferenças vêm ainda da última rodada de negociações, chamada de Rodada do Uruguai que, apesar de ter discutido por anos o processo de aprofundamento do "livre comércio", pouco resolveu. Entre os principais problemas que os capitalistas não são capazes de resolver, estão o fim dos subsídios para a agricultura, que os europeus e japoneses não abrem mão. Por outro lado, a União Européia quer discutir uma política que crie alguma regulamentação, mesmo que mínima, para os investimentos nos mercados financeiros, mas os norte-americanos não querem nem saber disto.

E, enquanto querem proteger seus próprios quintais, os imperialistas europeus e americanos querem abrir ainda mais as fronteiras comerciais dos países pobres. Para evitar a competição com produtos vindos destes países, os imperialistas pretendiam impor uma legislação sobre as relações trabalhistas e o meio-ambiente. O representante paquistanês em Seattle resumiu perfeitamente porque a maioria dos países pobres não pode apoiar estas propostas, principalmente a de regularização trabalhista: "*é na arena do trabalho que nós competimos*". Ou seja, os capitalistas (e investidores estrangeiros) nos países periféricos só possuem uma vantagem, os baixíssimos salários. Isto mostra, mais uma vez, como os trabalhadores têm pouco a ganhar nesta disputa.

fotos: AP

Acima, manifestantes oferecem flores para policiais em Seattle. Ao lado, trabalhador protesta com cartaz: "direitos dos trabalhadores, sim; OMC não"

Esta falta de avanço nas negociações entre as burguesias é mais um sintoma da crise que começa a avançar para os países capitalistas-imperialistas. A política neoliberal, desenvolvida na última década, apesar de ter jogado mais de um quinto da humanidade na miséria, de ter destruído quase 1 bilhão de empregos e ter apagado uma boa parte dos direitos conquistados no último século, ainda é pouco para os capitalistas. É preciso mais! Para manter seus lucros, é preciso tirar mais direitos, destruir mais empregos e atacar até mesmo setores dos próprios capitalistas nos países periféricos. Tudo para manter a lucratividade de algumas poucas corporações mundiais.

Nem agenda da reunião era consensual entre os países imperialistas

Tudo isto disfarçado com palavras e expressões como "livre mercado", "liberdade do consumidor", etc. Animados pelas tremendas manifestações que tomaram Seattle, os representantes dos países pobres começaram a desmascarar o próprio funcionamento da OMC. Eles denunciaram a existência de uma "sala verde" onde se reúnem os 33 países mais importantes, incluindo o Brasil. É nesta sala verde que os acordos são feitos e, posteriormente, são apresentados ao resto dos países. Mas, mesmo entre os 33 países "mais importantes" ocorreram reclamações de que todos os assuntos são decididos antes entre a União Européia e os EUA.

A maioria dos representantes, antes do início das negociações, afirmava que tudo iria correr bem. O diretor-geral da OMC, Mike Moore, poucos dias antes da reunião, dizia que "*Seattle não fracassará*". A secretária de comércio internacional dos EUA, Charlene Barshefsky, por outro lado, dizia: "*não estou nem um pouco preocupada. Há algumas diferenças de ponto de vista, mas não acho que as divisões sejam profundas*".

Mas, mesmo que alguns já esperassem dificuldades nas negociações, devido aos interesses capitalistas em jogo, ninguém esperava a reação que a classe trabalhadora mundial teve. Além do protesto em Seattle, ocorreram manifestações no Canadá, Índia, Inglaterra, França, Filipinas etc.

Ao final da semana frustrada, a própria secretária norte-americana foi obrigada a reconhecer que as negociações haviam fracassado, mas foi ligeira em (tentar) desmentir: "*as negociações emperraram por causa de seus problemas internos, as manifestações não tiveram nada a ver com isso*".

Mas o próprio chefe da OMC reconhece que a diferença entre esta Rodada do Milênio e a anterior foi que "*a Rodada do Uruguai foi lançada no silêncio da apatia pública*". Exatamente o oposto do que aconteceu em Seattle.

A batalha de Seattle

Quase 100 mil pessoas (segundo números da revista britânica *The Economist*), entre sindicalistas, estudantes, ativistas políticos, de direitos humanos e ambientalistas, tomaram as ruas de Seattle durante toda a semana em que se reuniu a OMC. O objetivo era impedir a realização da reunião da OMC. E conseguiram. No primeiro dia, dia 30 de novembro, a abertura precisou ser adiada porque aproximadamente 30 mil manifestantes fizeram um cordão humano por todo o centro de Seattle. Até mesmo o secretário-geral da ONU Kofi Anan e a toda poderosa secretária de estado norte-americana, Madeleine Albright, ficaram presos nos seus hotéis.

A reação foi imediata e violenta. A polícia, usando gás lacrimogênio e gás pimenta, além de balas de borracha, avançou sobre a multidão que protestava. Mais de quatrocentos foram presos num único dia (dia 1° de dezembro) e muitos ainda permanecem na cadeia. Há denúncias de espancamentos e tortura. Muitos jovens foram deixados por horas sem água ou comida e alguns permaneceram incomunicáveis, nem mesmo o famoso telefonema para o advogado foi permitido. E tudo isto no, supostamente, país mais "livre" do mundo.

A batalha de Seattle realmente é mais um marco, que mostra que a luta dos trabalhadores contra o capitalismo está sendo retomada em todas as partes, inclusive nos países imperialistas. E a burguesia internacional também entendeu isto. Não é à toa que a britânica *The Economist*, expressou sua preocupação afirmando que: "*de repente, os ecos da década de 60 estão ficando muito reais*". (M.B.)

COLÔMBIA **Farc e ELN aceitam até governo de reconstrução nacional**

Guerrilha volta à mesa de negociações

Américo Barboza,
da redação

Como já informávamos na edição passada, a direção da guerrilha colombiana mudou sua postura. Não só aceitou retomar as negociações de paz, como as mesmas estão evoluindo na direção de um cessar-fogo. Foi a pressão da campanha nacional e internacional do movimento *No Mas*, que — de acordo com a imprensa local— reuniu milhões em todo país no final de outubro, reivindicando o fim dos conflitos armados e impôs esta nova rodada de negociações que pode até terminar no desarmamento da guerrilha.

No dia seguinte às manifestações do *No Mas* houve uma reunião entre as Farc e o governo, onde foi estabelecida a metodologia das conversações. Serão realizadas audiências públicas através de um "Comitê Temático" onde serão ouvidas e sistematizadas as teses dos diferentes setores da sociedade, para depois serem encaminhadas à mesa de negociações. Dessa forma, segundo o governo colombiano, estaria garantida uma "*participação plural e democrática, uma participação cidadã*". A proposta aceita pela direção das Farc prevê uma campanha com a difusão dos debates por cartilhas, páginas na Internet, cartazes e vídeos para a televisão e envio de propostas por telefone, fax, correio.

Também a direção do Exército de Libertação Nacional (ELN) realizou algumas reuniões com representantes do governo colombiano na Venezuela e em Cuba. O ELN quer uma zona desmilitarizada no departamento de Bolívar (norte do país), e — a exemplo das Farc — quer a realização de uma Convenção com representantes de todos os setores do país.

O comandante Pablo Beltrán, porta-voz do ELN afirmou que "*a paz teria que ser referendada em uma Assembléia Nacional Constituinte, junto com a formação de um governo de reconstrução nacional, mais um plano de desenvolvimento de 20 anos*" (*El Nacional* 5/12/99).

Foi aproveitando-se desse clima, que o Ministro da Defesa, Luis Fernando Ramírez, propôs que fossem seguidos os exemplos dos processos de paz na América Central (Nicarágua, El Salvador e Guatemala), onde os ex-guerrilheiros foram incorporados "à vida civil" e também às forças de repressão do Estado. Para o ministro, "*alguns guerrilheiros podem se vincular a corpos especiais da segurança do Estado, poderiam ser guardas florestais ou de fronteiras*"; poderiam ainda atuar nos serviços "*destinados a tarefas de inteligência ou contra insurgência*" (*El Nacional* 5/12/99).

Não se espantem, leitores, com a desenvoltura do ministro. Há também antecedentes recentes na história da Colômbia: ex-guerrilheiros do M-19 (movimento guerrilheiro que negociou com o governo de Cesar Gaviria e desarmou-se em 1991) cumpriram exatamente este papel sugerido pelo ministro da Defesa.

Para engrossar o coro da paz, Fidel Castro fez eco às propostas para avançar nas negociações afirmando que "*a paz na Colômbia é necessária e imprescindível, não só para o povo colombiano mas também porque é essencial para nosso processo de unidade e integração*" (*Agência Nova Colômbia*, outubro de 1999).

Sendo assim, o presidente Andrés Pastrana propôs aos guerrilheiros e paramilitares uma proposta "*de cessar fogo natalino*" para que "*os colombianos concluam em paz o milênio*". As Farc estão discutindo a proposta de decretar unilateralmente um cessar fogo entre 15 de dezembro e 15 de janeiro, sem condições, declarou seu porta-voz Raúl Reyes. (*El Tiempo*, 27/11/99). O ELN manifestou que também está disposto a estudar a proposta de trégua para o Natal e Ano Novo.

Ricardo Mazalan

Dirigentes das Farc com presidente Pastrana em janeiro de 99: cena deverá se repetir

Paz para quem?

Nos acordos de paz de 1991, foram construídos até monumentos. Pouco tempo depois, parte dos quadros dirigentes do M-19 foram assassinados, outros se incorporaram ao regime e ao governo burguês como ministros e até como policiais. Para alguns ex-guerrilheiros, em geral de base, o governo ofereceu-lhes taxis, para "recomeçarem a vida civil".

O fato é que a situação do povo colombiano nunca melhorou depois dos acordos de 1991. A Assembléia Nacional Constituinte que serviria para selar a paz foi um avanço para a implantação dos planos neoliberais. A Constituição do país é conhecida como uma das mais liberalizantes do continente: limitou o reajuste dos salários, abriu caminho ao livre investimento do capital internacional, avançou na eliminação da prestação dos serviços públicos e nas privatizações. Também vieram as leis da reforma trabalhista, com a flexibilização de direitos e perda de muitas conquistas. Por exemplo, a lei do salário integral que eliminou os abonos dos salários, e a lei que pôs fim aos regimes especiais de aposentadoria para os funcionários públicos, trabalhadores das telecomunicações, petroleiros e militares.

Toda essa nova investida em torno das negociações de paz é apoiada pelo governo norte-americano, o que não significa que tenham recuado sequer um milímetro da sua política de apoio logístico (treinamento militar, construção de bases, envio de equipamentos) e financeiro. Armam e financiam as Forças Armadas colombianas até os dentes, enquanto pressionam para a capitulação da guerrilha pela via da negociação e do desarmamento.

Mas o problema de fundo, que já ficou demonstrado pelos acordos de 1991, é que não haverá paz na Colômbia enquanto as oligarquias locais (incluindo as poderosas máfias do narcotráfico), sob a supervisão dos governos norte-americanos, continuarem a mandar no país. É preciso não cometer os mesmos erros do M-19 em 1991. O objetivo destas negociações é derrotar a guerrilha, acabar com a resistência armada e popular. É um gravíssimo erro iludir a população colombiana com a perspectiva de que um debate "democrático" com todos as classes e setores de classe do país, pode tirar os camponeses da sua condição miserável e livrar os trabalhadores dos ajustes do FMI.

A guerrilha deve romper com esta armadilha que são as negociações e construir um plano de ação com o movimento sindical e popular, para intensificar a resistência ao imperialismo, aos ajustes do FMI e apresentar as reivindicações mais urgentes dos trabalhadores e camponeses. **(A.B.)**

Lutar por uma "Nova Colômbia" capitalista não é a solução

Qual é a estratégia para a Colômbia?

Américo Barboza,
da redação

A Colômbia é uma das principais expressões no nosso continente das crises econômicas e sociais provocadas pela cartilha neoliberal, combinada com uma forte resistência armada e uma guerra civil que já dura décadas. O debate em torno da política e da estratégia revolucionária tem grande relevância para toda a esquerda socialista. Até porque, neste país está localizado o movimento guerrilheiro mais antigo do mundo, as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc), que tem 35 anos e que canaliza expectativas, principalmente de jovens revolucionários.

Mas será a sua estratégia a mais correta? É necessário considerar em primeiro lugar que a guerrilha colombiana tem origem na luta de resistência dos camponeses e por isso é muito enraizada nessa população. Além disso, a nossa crítica não parte do mesmo referencial dos reformistas que criticam a guerrilha e apostam numa "via pacífica" ou "via chilena para o socialismo". Não é o nosso caso. Não acreditamos que uma revolução social possa ocorrer de forma gradual ou por uma via parlamentar-institucional. Pelo contrário, num momento de ruptura será necessário também a auto-organização militar da classe operária e seus aliados.

Nossa crítica aos movimentos guerrilheiros e seus defensores incondicionais é a respeito de quais são os atores (classes sociais ou setores) que fazem a revolução, qual o método principal, para que tipo de revolução e perspectiva nós lutamos.

Quem faz a revolução?

Fundamentalmente, para as revoluções triunfarem elas necessitam de tremendas mobilizações de massa. Mesmo as revoluções que tiveram à frente exércitos guerrilheiros, não triunfaram sem apoio ativo e forte mobilização operário e popular. Por exemplo, a guerrilha cubana triunfou porque houve uma enorme mobilização de massas contra a ditadura de Fulgencio Batista. O próprio Castro afirmou em novembro de 1959, em seu discurso: *"foi a greve geral que destruiu a última manobra dos inimigos do povo, foi a greve geral a que nos entregou as fortalezas da capital da república, foi a greve geral a que deu todo poder à revolução"*. E aqui há um problema adicional no caso da Colômbia, além das organizações guerrilheiras não terem uma estratégia de apelar à mobilização popular, muitas vezes as organizações guerrilheiras realizam ações sem qualquer articulação com os trabalhadores da cidade e suas organizações, colocando contra si setores inteiros da população urbana.

Na nossa opinião, não há minoria ou pequeno grupo, mesmo que fortemente armado, que possa levar à ruptura revolucionária, mas sim a mobilização independente dos trabalhadores.

Também é um erro de conseqüências estratégicas a política das Farc de limitar a ação da guerrilha a uma perspectiva nacional. Javier Calderon, responsável diplomático das Farc para o Cone Sul declarou na Argentina, quando perguntado se pretendiam exportar a luta guerrilheira, que *"não, de forma alguma, nós dizemos que já se experimentou na América Latina a exportação da luta revolucionária e não houve êxito"* (*La Nacion* 26/11/99).

Alexandre Sant'Anna

Casal de jovens guerrilheiros das Farc

John Moore

Com esta mesma visão, a Nicarágua sandinista recusou-se a exportar sua revolução e a ajudar a guerrilha salvadorenha, o que resultou no isolamento da Nicarágua (proporcionando um rápido esgotamento do país, após anos de guerra com os *contras* patrocinados pelos EUA e no posterior retrocesso da revolução, que sequer chegou a expropriar toda a burguesia como ocorrera em Cuba) e a derrota de todo o processo de revoluções na América Central nos anos 80.

Pelo quê lutamos?

Talvez o debate mais importante seja a respeito de qual é a estratégia das Farc e do ELN: a luta para levar o país à revolução socialista ou para construir um governo de unidade nacional, que respeite e ainda proponha o desenvolvimento da propriedade privada dos meios de produção?

As Farc defendem uma política que não sai dos marcos das "tradicionais" reformas no capitalismo. Crêem que é possível avançar junto com setores da burguesia nacional para combater o imperialismo. Em seu documento programático mais importante — *Plataforma para um governo de reconstrução e reconciliação nacional,* de 3 de abril de 1993—as Farc propõem um governo de unidade e reconciliação que respeitaria a propriedade privada (grande, média e pequena).

O *Documento para a paz na Colômbia,* das Farc fala no *"estimulo permanente à produção da pequena e média e grande empresa privada"*. Em entrevista recente ao jornal *O Estado de S.Paulo,* Raul Reyes, admitiu que as Farc defendem até as multinacionais que estejam dispostas a ajudar no desenvolvimento de uma *"Nova Colômbia"*.

Já Pablo Beltran, porta-voz do comando central do Exército de Libertação Nacional chegou a afirmar que sua organização aspira a fusão com o Exército Nacional da Colômbia, disse que *"como saída política, nenhuma das duas forças (guerrilha e Exército) deve desaparecer, poderemos estar no mesmo território com um propósito comum, com uma prévia depuração dos violadores de direitos humanos que existam de um lado ou de outro"*. (*El Universal*, 23/11/99).

Insistimos: é um beco sem saída colocar como perspectiva a reconstrução do país sob estes marcos; não faz sentido empenhar a vida de tantos militantes numa reconstrução burguesa da Colômbia aonde até o capital internacional poderá ser bem vindo. Pior, é uma tremenda ilusão achar que a vida dos camponeses e trabalhadores pode mudar com esta perspectiva. Uma "Nova Colômbia" capitalista não é a solução.

Se as negociações de paz em que novamente a guerrilha está empenhada for com essa lógica, este processo poderá terminar em uma grande derrota, com novos desarmamentos e com estas mesmas organizações terminando por ajudar na reconstrução capitalista do país. O movimento sindical, popular, camponês, as guerrilhas e as nações indígenas devem lutar na perspectiva da destruição do estado colombiano baseado em mais de 200 anos de exploração, na ruptura com o grande capital e com o imperialismo.

Bandeiras vermelhas voltaram!

Leopoldo Nunes

"Morte ao capitalismo", *"Fim da OMC"*, *"Privatização mata"*, *"Viva o socialismo"*. Estes eram alguns dos slogans em faixas, cartazes, gritos de manifestantes que foram ouvidos e vistos nas ruas de Seattle, Londres e Manilha no último dia 30, durante protestos contra a OMC, ou nas ruas de Recife, Belém, Porto Alegre durante o 10 de novembro no Brasil

O século está chegando ao fim. Para muitos, com ele chega ao fim a era das revoluções, ou o fim do socialismo. Mas 10 anos depois da queda do Muro de Berlim, os profetas do fim da história, do livre mercado e da globalização já não podem esconder que não só os pobres estão cada vez mais pobres como há muito mais pobres do que antes.

Sob a restauração capitalista, os países do leste europeu caminham a passos largos para virarem quintais das potências capitalistas européias. A Rússia já sentiu a fúria do capital especulativo-globalizado.

Sob a batuta da cartilha neoliberal, da globalização, dos ajustes do FMI, continentes e povos inteiros estão sendo arrastados para a ruína e para a miséria. Nem mesmo os trabalhadores das potências capitalistas escapam da brutalidade dos novos métodos de produção, dos ataques aos direitos sociais e trabalhistas e dos cortes sociais.

Em 1989, os trabalhadores derrubaram o muro de Berlim, o muro da tirania repugnante das ditaduras stalinistas, símbolo dos regimes totalitários, que se esconderam (e mancharam) atrás das bandeiras do socialismo e do comunismo e abriram as portas para o capitalismo. Infelizmente, nem todas foram varridas, sobreviveram aberrações como a ditadura chinesa, o "socialismo com características chinesas", que nada mais é do que uma selvagem escravidão capitalista conduzida a mão de ferro.

Caiu o muro da vergonha do stalinismo, mas ainda não derrubamos o muro erguido pelo Capital, o muro da exclusão social, da escravidão capitalista, os muros dos condomínios fechados, dos carros importados blindados onde se escondem os ricos em São Paulo, Rio de Janeiro, Nova York, Buenos Aires, Paris...

Mas às vésperas do ano 2000, não hesitamos em afirmar: a construção da ruptura revolucionária e socialista continua na ordem do dia. A estratégia diante da globalização capitalista, da pilhagem imperialista, da crise do neoliberalismo não pode ser outra que não a estratégia da revolução socialista.

Muitas outras e cada vez mais radicalizadas manifestações de Seattle acontecerão nos próximos anos, muitas outras marchas com bandeiras vermelhas faremos; para quem pensa que isso estava acabando, na verdade só está começando.

Portanto, que venha o ano 2000, que venha o século 21, com ele virão as grandes lutas e as bandeiras vermelhas do socialismo.

> ***"A bandeira do meu partido***
> ***Ela é vermelha***
> ***de um sonho antigo***
> ***Toda vermelha,***
> ***não tem lista***
> ***Minha bandeira é socialista"***
>
> ***Jorge Mautner***

"Outras primaveras virão"

Ano novo, agenda nova. Se você quer uma agenda bonita, de esquerda e poética, e bem barata, não deixe mesmo para depois. A Distribuidora Opinião lançou a agenda para o ano 2000, **"Outras Primaveras Virão"**. Uma agenda completa para compromissos e telefones. O preço? Só R$ 10. Peça para o companheiro que lhe vende este jornal ou entre em contato com as sedes do PSTU ou pelo telefone (0xx11) 575-6093.

Aqui você encontra o PSTU

Sede nacional: R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - tel (011) 575-6093

Alagoinhas (BA): R. Anézio Cardoso - Ed Azi sala 105

Aracajú (SE): R. Acre, 2309 - bairro Siqueira Campos - CEP 49075-020

Belém (PA): R. Domingos Marreiras, 732 - bairro Umarizal CEP 66055-210 - pstu-pa@interconect.com.br - tel. (091) 222-9416

Belo Horizonte (MG): R. Carijós, 121, sala 201 - tel (031) 213-3316 - Av. Afonso Vaz de Melo, 249 - Barreiro - pstumg@net.em. com.br

Brasília (DF): CONIC, Setor Diversões Sul, Edificio Acropol, sala 402, 2do andar - CEP 70300-000 - tel. (061) 225-7373

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - Centro - tel. (048) 223-8511

Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 - Centro - tel (085) 221-3972

Goiânia (GO): (062) 225-6291

Macapá (AP): Av. Presidente Vargas, 2652 - Bairro Sta. Rita - tel (096) 242-3497 - e-mail: pstuap@tvsom.com.br

Maceió (AL): R. Inácio Calmon, 61 - Poço - tel (082) 971-3749

Manaus (AM): R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - tel (092) 234-7093

Natal (RN): Av. Rio Branco, 815 Centro

Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45 - Centro

Ouro Preto (MG): R. São José, 121 Ed. Andalécio - sala 304 - Centro

Passo Fundo (RS): R. Tiradentes,25 - Centro - CEP 99010-260

Porto Alegre (RS): R. Salgado Filho, 122 - Cjto. 51 - Centro

Recife (PE): R. Leão Coroado, 20 - 1° andar - B. da Boa Vista - tel (081) 222-2549

Ribeirão Preto (SP): R. Monsenhor Siqueira, 711 - Campos Elíseos - CEP 14085-380 - tel (016) 637-7242

Rio Grande (RS): tel (053) 9977-0097

Rio de Janeiro (RJ): Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - tel (021) 293-9689

São Bernardo do Campo (SP): R. Marechal Deodoro, 2261

São José dos Campos (SP): R. Mario Galvão, 189 - Centro - tel (012) 341-2845

São Leopoldo (RS): R. São Caetano, 53

São Luís (MA): tel (098) 246-3071

São Paulo (SP):

-- R. Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso - tel (011) 572-5416

-- Zona Sul: R. Tenente Coronel Carlos Silva Araújo, 181-sala 15 - Santo Amaro - CEP 04751-050

-- Zona Leste: tel (011) 6944-3128

Terezina (PI): R. Olavo Bilac, 1709 - Centro-sul - tel (086) 221-0441

Uberaba (MG): Rua Tristão de Castro, 191 - Centro - Tel (034) 312-5629

Nosso e-mail é:
pstunac@uol.com.br
Nossa home page é:
www.pstu.org.br